

NAS TRILHAS DA CIVILIZAÇÃO:

o jornal da sociedade philomathica maranhense (1846-1847)*

IN THE TRACKS OF CIVILIZATION:

the jornal of the philomathica maranhense society (1846-1847)

SOBRE LAS HUELLAS DE LA CIVILIZACIÓN:

el Jornal da sociedade philomathica maranhense (1846-1847)

Fabio Henrique Gonçalves

Resumo: Com duas edições, publicadas nos anos de 1846 e 1847, o Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense foi criado com o objetivo declarado de “esclarecer” a população do Maranhão sobre assuntos considerados essenciais à implantação de um maior progresso material e moral da sociedade. A proposta de seus realizadores era apontar caminhos que levassem os habitantes da província a deixarem de ser meros espectadores do mundo civilizado – representado principalmente pelos padrões e hábitos cultivados nas sociedades européias. Neste texto, discutem-se os comportamentos e ações defendidos naquele jornal, a partir da análise dos artigos que seus colaboradores publicaram.

Palavras-chave: Civilização. História. Jornal. Filomática.

Abstract: With two editions published in the years of 1846 and 1847, the Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense was created to bring to the population of Maranhão the explanation about the subjects considered essential to the implantation of a larger material and moral progress of society. The proposal of its members was to point out ways that took the inhabitants of the province to stop being mere spectators of the civilized world – represented especially by the patterns and habits cultivated in the european societies. This text is about the behavior and actions advocated in that newspaper, from the analysis of articles published by its collaborators.

Keywords: Civilization. History. Newspaper. Philomathic.

Resumen: Con dos ediciones, publicadas en los años de 1846 y 1847, el Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense se creó con el propósito declarado de “aclarar” la población del Maranhão sobre temas considerados esenciales para el despliegue de un mayor progreso material y moral de la sociedad. La propuesta consistía en nombrar los caminos que podrían conducir a los habitantes de la provincia a dejar de ser meros espectadores del mundo civilizado - representado principalmente por los patrones y hábitos de las sociedades europeas. Este trabajo estudia el comportamiento y medidas propuestas en dicho periódico, a partir del análisis de artículos publicados por sus colaboradores.

Palabras-clave: Civilización. Historia. Periódico. Filomática.

1 INTRODUÇÃO

A ocasião era de festa. Reunidos na sala destinada às suas sessões, os membros da Sociedade Philomathica Maranhense se congratulavam pelo seu primeiro aniversário – comemorado com um atraso de três meses, é verdade. Aquele encontro de 02 de agosto de 1846 serviu como oportunidade para que se fizesse um histórico do desempenho auferido até então, colocando na balança as realizações e os obstáculos àquela que se acreditava ser uma obra de grande importância para o futuro da província do Maranhão.

Para tanto, nada mais adequado que um discurso recitado pelo presidente da Sociedade. E é de se imaginar que o seu extenso currículo tenha ajudado a dar um brilho maior

à solenidade e ao próprio cargo que ocupava. Joaquim Vieira da Silva e Sousa foi membro da primeira câmara independente de São Luís. Deixou-se à magistratura e havia ocupado o posto de ouvidor da comarca de Fortaleza, no Ceará, antes de ser nomeado presidente da província do Maranhão, em outubro de 1832. Permaneceu neste último cargo durante 17 meses. O que para muitos poderia representar o ápice de uma carreira política, para ele foi apenas o começo: deputado geral em 1834; já ministro da Corte, participou da criação da Academia Imperial de Medicina, em 1835; desembargador da Relação do Maranhão em 1839. Após presidir a Sociedade Philomathica Maranhense, Joaquim Vieira da Silva e Sousa ainda se tornaria senador (1859) e ministro do Supremo Tribunal de Justiça (1864), além de conselheiro honorário do Império, cavaleiro fidalgo e comendador da Ordem de Cristo (MEIRELES, 1980).

* Artigo recebido em maio 2010

Aprovado em julho 2010

A Sociedade Philomathica, expressão que designaria uma sistematização de conhecimentos gerais, havia sido criada em 03 de maio de 1845 com o objetivo declarado de contribuir para o progresso material e moral da província do Maranhão. Reunindo parte do que se poderia seguramente chamar de elite local da época – econômica, política e social – tinha a pretensão de se deter sobre as mais diversas áreas do conhecimento: artes, ciências, letras, higiene pública. A sua criação foi comunicada às autoridades da província, sendo concedidas, pela câmara de São Luís, algumas salas em que pudessem ser realizadas suas sessões, além dos cursos elementares de ciência que se pretendia ministrar: geometria, física e mecânica, química e mineralogia, botânica e zoologia, medicina doméstica, terapêutica e matéria médica. Esses cursos seriam oferecidos gratuitamente ao público e, segundo o discurso do presidente Joaquim Vieira da Silva e Sousa, alguns chegaram a iniciar suas atividades (JORNAL DA SOCIEDADE PHILOMATHICA MARANHENSE, 1846, p. 7).

Entretanto, os responsáveis por aquela iniciativa pretenderam ir adiante. Não se contentaram em criar a Sociedade - declaradamente uma espécie de repositório do saber - ou em implementar cursos. Eles também decidiram recorrer àquele espaço que vinha se consolidando como um instrumento de grande relevância na divulgação e defesa de ideias. A Sociedade Philomathica Maranhense teria assim o seu próprio jornal. A justificativa era que os trabalhos por ela desenvolvidos deveriam alcançar a todos, para que contribuíssem para a grande obra que ela dizia estar apta a liderar. Se não fosse possível "consertar" de todo a província do Maranhão, por que não ao menos dar a ela um pouco das feições dos "povos civilizados"? E quanto a isto, não havia a menor dúvida do modelo no qual se estava pensando e de que lado do Atlântico ele se encontrava: a Europa. No máximo se fazia uma concessão aos Estados Unidos, cujo desempenho econômico e a crescente influência no continente americano não podiam ser ignorados. Outra não era a intenção de seus membros que não esta: a formação de uma sociedade ideal, com padrões de produção e sociabilidade bem definidos, orientados por um conceito de civilização que se contrapusesse à ideia de atraso.

Para a análise que pretendo realizar deste objeto - o Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense - é imprescindível relacioná-lo ao contexto da época: suas configurações sociais, políticas, econômicas e culturais. Identifico aquele periódico como produto legítimo de uma conjuntura específica, em que se podem verificar os anseios, as necessidades e as justificativas concebidas às problemáticas da realidade então vigente¹.

É possível, em relação àquele jornal - e à própria palavra escrita que foi o seu recurso inescapável - pensar na afirmação feita por Bakhtin (1997, p.36) de que todo fenômeno que funciona como signo ideológico apresenta uma encarnação material.

A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modelo mais puro e sensível de relação social.

Desse modo, afirmo que aquele periódico foi a materialização e divulgação impressa da ideologia de seus realizadores e de suas respectivas concepções de mundo. Sendo que estas concepções, ou essas "consciências", foram formadas no processo de interação social, o que Bakhtin chama de "terreno interindividual". Assim, não dá para explicar a emergência do discurso divulgado pelo Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense detendo-se exclusivamente nos textos que foram publicados ou na consideração isolada de seus membros, e sim perguntar: que contexto possibilitou a erupção daqueles comentários? Que configurações sociais deram ensejo a que determinados assuntos fossem colocados em pauta, e com esta ou aquela angulação?

Dentro da perspectiva de situar a produção do Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense num cenário histórico preciso, começo por vislumbrar a realidade econômica do Maranhão nas primeiras décadas do século XIX, bem como de que modo isto foi interpretado pelos editores daquele periódico. Registra-se que, no primeiro quartel do Oitocentos, o Maranhão ocupava um lugar de destaque no cenário nacional, seja no âmbito da economia agro-exportadora ou no número de seus habitantes. Produziam-se gêneros como arroz, algodão, couros e também a coleta das chamadas drogas do sertão (canela, cravo, óleos vegetais). O algodão abastecia principalmente as fábricas têxteis da Inglaterra. Aliás, verifica-se que a partir da abertura dos portos às chamadas nações amigas, em 1808, acentuou-se a presença inglesa no comércio do Maranhão, quando, atraídas em grande parte pelo algodão, foram instaladas várias firmas nesta região. Esta penetração do capital inglês não se restringiu ao volume do transporte ou à exportação, interferindo também nos preços do algodão, dos escravos e nos hábitos dos maranhenses, que passaram a manter um contato mais estreito com artigos de luxo (SANTOS, 1983).

Esta realidade não passou despercebida à Sociedade Philomathica Maranhense, que em seu jornal publicou um artigo intitulado Algumas reflexões sobre o commercio do Brasil. Nele, a Inglaterra é vista como um país deten-

tor de um campo de atividade muito poderoso, ao qual ninguém poderia fazer frente – devido principalmente aos créditos e aos capitais em circulação. No que se refere ao comércio local, as críticas também ganham espaço, direcionadas a uma possível falta de apoio e incentivos do governo.

A insuficiência das rendas publicas apresenta um aspecto mais que nunca assustador; decretarão-se novos impostos, mais ou menos bem calculados; a administração parece esforçar-se em seguir um sistema em geral hostil às imunidades commerciaes; os preços dos generos diminuem espantosamente de dia em dia para os agricultores; irrupções de moeda falsa corroendo o pequeno commercio fazem tremer os capitalistas (JORNAL DA SOCIEDADE PHILOMATHICA MARANHENSE, 1847, p.69).

Considerava-se que o Brasil poderia ocupar um lugar de destaque no comércio internacional, mas a perspectiva era que continuaria se arrastando em dificuldades, devido principalmente ao descaso dos legisladores. Via-se como necessário proteger “o negociante e o capitalista”, assim como espalhar entre a população do Brasil mais “amor ao commercio”, para que não ficasse inteiramente nas mãos de estrangeiros. Prevvia-se que um gosto maior pelo comércio traria resultados também ao desenvolvimento da indústria, desembocando finalmente em um estado de riquezas e independência característico de toda nação que pretendesse o “direito de figurar entre os povos no progresso da civilização”.

Mas provavelmente nenhum texto seja tão revelador das ideias defendidas pelo Jornal da Sociedade Philomathica quanto o que foi escrito pelo médico José da Silva Maia na introdução de seu Curso Publico Elementar de Chimica Applicada e de Mineralogia, publicado na edição de 1846. Ao invés de se deter sobre o assunto anunciado no título, ele aproveita para brindar seus leitores com uma justificativa exaltada dos propósitos daquela Sociedade, e consequentemente do jornal por ela editado. A promessa aparecia logo na afirmação de que o objetivo era iniciar os leitores/alunos nos segredos das ciências, não só teoricamente como por experiências práticas.

A Sociedade Philomathica, por intermédio dos cursos de ciências oferecidos, iria “derramar entre o povo maranhense” o conhecimento necessário à criação de todos os trabalhos úteis, principalmente no cultivo da indústria, vista como causa única de prosperidade e verdadeira fonte de todas as riquezas. Para corroborar seus argumentos ele citava o exemplo de nações que teriam negligenciado esta premissa, como Portugal e Espanha, caindo assim em estado de pobreza. E apesar das críticas feitas em relação ao domínio inglês no comércio maranhense, no caso das indústrias Silva

Maia não teve a menor dúvida na hora de citar um exemplo a ser seguido: “Já assim, marchava a Inglaterra poderosa e soberba na estrada do verdadeiro progresso”. A Inglaterra, com suas indústrias têxteis, seus investimentos em maquinaria, seu hábil governo e seus conhecimentos científicos, seria o ideal de civilização a ser perseguido. Um lugar marcado também por “Sociedades poderosas, protegidas pelo Governo”. Eis aqui mais um dos objetivos almejados pelos membros da Sociedade Philomathica Maranhense: a busca pelo reconhecimento de sua legitimidade de ação por parte dos poderes oficiais.

Os ingleses só eram equiparados de alguma forma aos norte-americanos, o que, pelo fato de ser um vizinho continental, deveria despertar em Silva Maia as mais entusiasmadas conjecturas. Nesse sentido, é interessante observar a reflexão que o médico maranhense fez sobre a diferença de hábitos entre brasileiros e norte-americanos.

O jovem Americano (...) não passa a sua mocidade em estudos inuteis a sua profissão; procura logo casar-se, e confiado em si, não leva em vistas as riquezas, e sim as boas qualidades e virtudes d'aquella com quem se une, porque não lhe falta animo para o trabalho, e na sua arte, ajudado de sua companheira, encontra meios de viver e prosperar.- Ali todos são obrigados ao trabalho (...)

Si passarmos (...) à examinar o que vai pelo nosso Paiz, encontraremos por toda a parte desleixo geral, indiferença absoluta, sobre um objecto de tão reconhecida importancia; e no meio da revolução industrial que agita as Nações do mundo, apenas o Brazil parece fazer parte da grande familia humana. A mocidade Brasileira quase toda se destina aos empregos publicos, e a sua educação é para logo encaminhada à esse fim (...) Com um tal systema de administração facil é prever qual será o futuro do Brasil (JORNAL DA SOCIEDADE PHILOMATHICA MARANHENSE, 1846, p.49).

O Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense se constituiu numa tentativa de impor, ao conjunto da sociedade, interpretações da realidade elaboradas por um pequeno grupo, identificado com as camadas dirigentes políticas e econômicas. Seus membros nutriram expectativas em torno de uma ideologia que não encontrava ressonância naquilo que se poderia chamar de gramática da vida da maioria dos habitantes da província. As ideias divulgadas naquele periódico, se tiveram acolhida e significado entre aqueles que mantinham relações próximas com os governos e que entraram em contato com a “cultura civilizada” da Europa, todavia se mostravam como um corpo estranho no momento de adentrarem em uma outra realidade – outra tradição, outro clima, outros hábitos de comportamento. Tomando de empréstimo as reflexões de Décio Pignatari em relação aos vínculos entre ideologia, política e

cultura no Brasil, poderíamos sintetizar com a afirmação de que o *Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense* foi um caso típico de “descompasso entre a máquina pensamental ideológica e a realidade sociocultural” (PIGNATARI, 1998, p.38).

Voltando ao texto de Silva Maia, suas preocupações não se limitavam às dificuldades a serem encontradas pelos leitores/alunos, “que a princípio se encontram no estudo das ciencias, como em todas as empresas humanas”. Seu temor era ser eclipsado por indivíduos classificados por ele como sendo tão ignorantes, ou de educação superficial, que julgariam as coisas sem ter o menor conhecimento e sem fé ou esperança no futuro. Esses, segundo o juízo de Silva Maia, não passariam de inimigos do progresso, dos quais se precisava fugir e evitar as censuras. Afinal de contas, afirmava ele, se os ingleses, os franceses, os americanos do norte e os povos da Alemanha tivessem recuado diante das empresas difíceis, não teriam chegado ao “auge de grandeza a que actualmente se achão, e que deve ser por todos invejado”. Sua mensagem final era direcionada àqueles que buscavam a felicidade do país. E como encontrá-la? Mais uma vez, com a palavra, José da Silva Maia:

(...) procurei estudar os processos, invenções, e aperfeiçoamentos das Nações cultas, e dos estrangeiros ilustrados que aportarem à vossas praias; animai-os na sua industria e no estabelecimento de suas fabricas, pois são fontes de riqueza com que do-tão o Paiz: assim fiserão os habitantes da América do Norte, a quem deveis imitar (*JORNAL DA SOCIEDADE PHILOMATHICA MARANHENSE*, 1846, p.52).

2 REFLEXOS DE UMA ESFERA PÚBLICA?

Observando alguns temas propostos pelo *Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense*, assim como seus membros, seria proveitoso trazer a esta análise a discussão incitada pelo filósofo alemão Jurgen Habermas, no que se refere à constituição da chamada esfera pública. Ele centra suas considerações na realidade de algumas nações europeias a partir do século XVIII, em que a estrutura básica da esfera pública burguesa seria representada, de um lado, pelo setor privado, com a sociedade civil sendo constituída tanto pelo espaço íntimo quanto pela troca de mercadorias e de trabalho social. Do outro lado estaria o poder público, com o Estado. Entre os dois a esfera pública política, literária (clubes, imprensa) e o mercado de bens culturais (HABERMAS, 1984).

O contexto retratado por Habermas é aquele marcado pela utilização cada vez mais constante da imprensa, assim como das discussões que passaram a ser travadas com mais assiduidade em espaços públicos, como os salões

e cafés. Nessas circunstâncias, começaram a entrar, na pauta de assuntos, inicialmente questões literárias. Entretanto, outros temas foram progressivamente sendo incluídos, envolvendo aspectos como a atuação do Estado e a participação da sociedade. Dessa maneira, foi-se consolidando um espaço de mediação entre as ações dos poderes instituídos e as necessidades e anseios da sociedade que, constituídas por grupos de discussão presenciais ou por intermédio da materialização das ideias em um suporte (como panfletos e jornais) passaram a ser os responsáveis pela formação de uma opinião pública, um instrumento de apreciação das decisões dos governos ou de pressão sobre as mesmas.

Alguns requisitos seriam básicos na constituição da esfera e da opinião públicas. Em primeiro lugar seria um tipo de sociabilidade que partiria do pressuposto de uma igualdade de condições, em que todos os indivíduos disponíveis para tal poderiam participar, sem discriminações, dos debates. Em seguida, haveria a problematização de aspectos que até então não se consideravam passíveis de questionamento, ou seja, o alargamento das pautas e dos temas postos à apreciação do público. E, por fim, outra prerrogativa seria o não-fechamento do público, sendo sempre possível que as discussões alcançassem progressivamente um número maior de pessoas.

É possível considerar a *Sociedade Philomathica Maranhense*, e seu respectivo jornal, como o reflexo da constituição de uma esfera pública local nas primeiras décadas do século XIX? Antes de tudo é preciso considerar que aqui não pode ser aplicada a ideia de que os membros daquela Sociedade podiam ser vistos como um grupo separado completamente do aparelho do Estado. Para além do fato de que grande parte da sua mensagem era destinada ao Governo, como lições a serem aplicadas em prol do desenvolvimento da província, observa-se o fato de que a *Sociedade Philomathica* tinha entre seus membros indivíduos com relações estreitas com o poder público.

No que se refere àqueles pontos colocados por Habermas, vejamos: problematização de uma gama variada de assuntos? Na verdade, no jornal da *Sociedade Philomathica* não se entrava em questões que punham em xeque as hierarquias sobre as quais se assentava a sociedade. Não se discute, por exemplo, o fim da escravidão, defendendo-se na verdade a autoridade dos poderes instituídos, desde que, claro, dessem ouvidos e legitimidade às propostas reproduzidas naquele periódico. Sociabilidade que pressupõe igualdade de status? Bem, entre os participantes da *Sociedade* poderia ser que sim. Mas em relação aos demais, eles se consideravam detentores de

um saber e de uma razão diferenciada. É verdade que eles desejaram que suas ideias fossem disseminadas ao restante da população. Porém, devemos observar que se trata de uma divulgação ampla de conhecimentos já formulados, e não da criação de um espaço para construção verdadeiramente coletiva, em que interesses e necessidades de amplos grupos de indivíduos, com situações sociais diversas, pudessem discutir suas formas de pensar e propor ações, até porque a educação oferecida à época limitava consideravelmente o número daqueles com condições efetivas de fazê-lo. Se tivéssemos que qualificar a Sociedade Philomathica dentro das linhas conceituais de Habermas, talvez o mais próximo a ser dito seja que aquele grupo de indivíduos, por intermédio de seu jornal, assumia: “[...] funções da propaganda. Quanto mais ela pode ser utilizada como meio de influir política e economicamente, tanto mais apolítica ela se torna no todo e tanto mais aparenta estar privatizada (HABERMAS, 1984, p.208).”

Entretanto, será que o público ao qual se voltava o jornal estava apto a acolher aquela mensagem? Que contexto cultural e educacional caracterizava a província do Maranhão em meados do século XIX?

O Jornal da Sociedade Philomathica, na sua cruzada quase messiânica de levar o povo maranhense ao patamar de “civilizado”, tinha como instrumento primordial, como era de se esperar, a palavra escrita. Isto numa época em que a alfabetização não poderia ser citada como elemento presente na realidade da maioria da população. Se por um lado os aspectos econômicos daquela sociedade nos auxiliam a compreender boa parte das motivações dos integrantes daquele jornal, por outro a observação dos âmbitos cultural e educacional possibilita o desvendamento mais preciso dos possíveis receptores das mensagens anunciadoras do “progresso”.

Era comum dentro das famílias mais abastadas o envio de seus jovens para avançar nos estudos. Os destinos podiam ser os mais variados: França, Inglaterra, Alemanha e principalmente Portugal. Posteriormente, com a criação das Faculdades de Medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro em 1832, e de Direito, em São Paulo e Olinda, opções ainda mais acessíveis foram abertas. Quanto à atmosfera cultural disseminada entre a elite residente na cidade de São Luís, alguns observadores estrangeiros deixaram algumas de suas impressões sobre o contexto que encontraram ao passar por estas terras. Em 1841, o pastor norte-americano Daniel Parish Kidder assim se pronunciou sobre o nível intelectual dos maranhenses: “Estes alegam possuir, e não sem razão, um grau de desenvolvimento intelectual e moral comparável ao de

seus patrícios das maiores cidades do império” (CALDEIRA, 1991, p.27). Entretanto, ficam os seguintes questionamentos: até que ponto ia este desenvolvimento? Que profundidade teriam suas raízes? Quem dele era beneficiário e através de que mecanismos se expressava?

Início pela discussão das próprias influências culturais mais representativas entre os ilustrados de São Luís da primeira metade do século XIX. Já nas décadas iniciais do Oitocentos é possível observar a influência política e ideológica francesa (LACROIX, 2002). No plano nacional, surge uma preocupação maior com a definição de uma cultura e de uma memória para a nação, cuja monarquia nos trópicos despertava desconfiças nos vizinhos e contribuía para dar um toque de exotismo (mais um) à visão que se tinha sobre o Brasil. Em síntese, pode-se afirmar que este foi um momento crucial na tentativa de construção de uma identidade brasileira. As atuações dos poderes oficiais e o aparecimento de algumas iniciativas comprovam este fato. Além das já mencionadas faculdades de Direito e Medicina, inaugura-se em 1838 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), espelhando-se no Institut Historique de Paris, criado anos antes. Outra instituição que se inseriu nesse processo de criação de uma identidade nacional foi a Academia Imperial de Belas Artes (SCHWARCZ, 1993).

Constata-se dessa forma que a Sociedade Philomathica Maranhense não era uma atitude isolada, mas símbolo de uma tendência da época, em que era comum o surgimento de associações que pretendiam discutir temas como cultura, desenvolvimento, ideais de progresso e civilização. O próprio jornal daquela Sociedade, em um texto repleto de retomadas históricas por vezes exaustivas, ao menos aos olhos de hoje, faz um levantamento de várias dessas instituições, seja “disseminadas entre as nações da Europa civilizada”, ou que tiveram seu berço em território nacional: Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional; Sociedade Amante da Instrução; Sociedade Promotora da Civilização e Indústria; Sociedade Philomathico Chimica; Sociedade Filosófica etc. A apresentação da importância deste tipo de reunião se valia de um discurso grandiloquente, característico de algumas passagens do Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense:

À maneira das Vestaes da antiga Roma, que não deixavam jamais extinguir o fogo sagrado de Vesta, hoje as Academias e Sociedades e outros estabelecimentos científicos e patrióticos debaixo de varias denominações não permitem que mais se apague o fogo sagrado da verdadeira sabedoria. Ellas são uns depósitos perduráveis, em que se accumula e de que se diffunde entre todas as classes de povo a rica mercadoria das luzes (JORNAL DA SOCIEDADE PHILOMATHICA MARANHENSE, 1847, p.53).

Entretanto, apesar da criação de cursos e da produção de um jornal que pretendia disseminar suas ideias, as chances de a Sociedade Philomathica pregar no deserto eram consideráveis, ao menos se levarmos em consideração a precariedade da educação formal àquela época. De acordo com Maria do Socorro Coelho Cabral, no que se refere à instrução elementar, “as décadas de 40 e 50 podem ser consideradas a época de mais férteis realizações de toda a fase imperial”, lembrando-se a criação do Liceu Maranhense (1838) e da Inspeção de Instrução Pública (1841). Ainda assim, não há como negar que o Maranhão ainda atendia de maneira restrita ao potencial numérico da população em idade escolar.

E para se avaliar melhor de quão lamentável era esse quadro, deve-se ter em mente que as percentagens de atendimento da população apresentadas, muito baixas, por sinal, referem-se apenas à população escolar livre, quando se sabe que, aproximadamente, por essa época, uma parcela bastante significativa da população total maranhense era escrava (CABRAL, 1984, p.45).

3 IDEAIS DE CIVILIZAÇÃO

Cabe, a partir deste momento, uma discussão sobre o conceito de civilização, recorrente no Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense. Neste exercício, tomo como referência as análises de Norbert Elias, presentes na obra *O Processo Civilizador*. Diante de toda a complexidade do termo civilização, Elias afirma que um denominador comum pode ser observado: o fato de que o conceito seria uma manifestação da consciência que o Ocidente tem de si próprio. Sob o rótulo de “civilizado” estariam abrigadas todas as interpretações que nos últimos séculos colocaram as sociedades ocidentais numa posição de superioridade em relação ao passado ou a outras formas de organizações contemporâneas. À parte as diferenças que Elias estabelece entre os contextos francês e alemão (com sua noção de *Kultur*), converge-se para a visão de que a sua é “a maneira como o mundo dos homens, como um todo, quer ser visto e julgado” (ELIAS, 1994, p.25).

Muitos abraçaram essa visão, considerando que o verdadeiro caminho da felicidade estava em colocarem-se diante dos europeus, seus hábitos, costumes e trajetórias, como se estivessem frente a um espelho a contemplar sua própria imagem futura. Esse parece ter sido o caso da Sociedade Philomathica Maranhense. Quanto ao seu jornal, esse não se mostrava como uma exceção, mas como participante de um contexto em que o jornalismo era visto e utilizado predominantemente como uma espécie de instrumento didático, um veículo que tinha o objetivo de divulgar e angariar adeptos àquelas ideias que estavam sendo expos-

tas. Isto é verificável até mesmo no formato desses periódicos, bem diverso daqueles aos quais estamos habituados, pois se pareciam mais com livros, apresentando um conteúdo mais denso que os jornais atuais, com artigos longos e que não se limitavam à transmissão de uma informação, sendo frequentes as exposições que perduravam mais de uma edição.

Num tempo em que o acesso à educação era tão menos democrático, em que vivíamos a mudança do mundo a partir das ideias disseminadas pelo Iluminismo ao longo do século anterior, a imprensa se firmara como um importante difusor das chamadas Luzes. Naquele contexto, o jornalista se confundia com o educador. Ele via como sua missão suprir a falta de escolas e de livros através dos seus escritos jornalísticos (LUSTOSA, 2003, p.15).

No Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense, em seus dois únicos números (1846-1847), cada um com uma média de cinquenta páginas, o que se vê é a reprodução pura e simples dos artigos, sem anúncios, expedientes, ou local onde poderia ser adquirido. Isso leva a crer que este jornal provavelmente não era vendido, mas disponibilizado de outra forma – entregue aos alunos dos cursos ou em pontos da cidade. Ele tratou de assuntos variados, numa perspectiva muito mais educacional e doutrinária que informativa. Assim, são encontrados artigos sobre comércio, indústria, agricultura, artes, estatísticas, higiene pública.

No Maranhão, diversos são os exemplos que corroboram o caráter didático dos jornais, em cujos respectivos títulos já temos uma indicação dos assuntos e angulações delimitadas: *O Militar* (1839), *Jornal de Instrução e Recreio* (1845), *O Progresso* (1847), *O Eclesiástico* (1852), *A Nova época* (1856), entre vários outros.

Como exposto acima, a Sociedade Philomathica, e o jornal por ela editado, pretendia servir como um guia para o progresso, orientado principalmente na observância de alguns preceitos que teriam sido aplicados com sucesso nos “países civilizados”, notadamente os europeus. Transposição de ideias e características de outras realidades para o contexto local, em que as barreiras geográficas e culturais eram contornadas pelo esforço da imaginação.

Esse tipo de visão não só era comum, como ainda vez por outra se faz presente. No clássico ensaio *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda, lembrando de alguns intelectuais brasileiros, ressalta a facilidade com que são acolhidas interpretações estrangeiras, muitas vezes sem critérios mais exigentes e passando mesmo por contradições que pareceriam à primeira vista irreconciliáveis, bastando que algumas doutrinas e convicções se impusessem por meio de palavras bonitas ou argumentos

sedutores. A seguinte afirmação poderia muito bem ter sido formulada pensando no jornal ora analisado:

Trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições imporiam (HOLANDA, 1956, p.233).

4 O DISCURSO DA HIGIENE PÚBLICA

Dentro do objetivo declarado da Sociedade Philomathica Maranhense de auxiliar a província do Maranhão a alcançar o patamar de “civilizada”, foi lançado no seu jornal um projeto apresentado como instrumento fundamental para o alcance daquele ideal. Tratava-se da execução de uma estatística, um levantamento das “forças e recursos materiais e moraes no sentido mais amplo”, com as suas potencialidades naturais e as características principais de sua população. Um trabalho exaustivo e reconhecidamente difícil, numa época em que este era desenvolvido de forma limitada pelo governo, além da falta de conhecimentos que se admitia acometerem os próprios sócios correspondentes da Sociedade Philomathica espalhados pela província. Assim, no jornal foi colocado que esta atividade não poderia enveredar por muitas complexidades, pois uma obra mais acabada e científica acarretaria inconvenientes e tropeços que viriam produzir uma confusão e desordem maiores, sendo necessário evitar o risco de se produzir desânimo nos que resolvessem enveredar pelo trabalho. Os pontos a serem levantados, segundo indica o Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense, eram: estado natural do solo (terrenos, rios, costas marítimas, minerais, ventos, chuvas, espécies vegetais e animais); população e seu movimento (composição da população, ocupações); indústria (lavoura, comércio, criação de gados); civilização (graus de instrução, conhecimentos científicos).

Mas sobre que pano de fundo essas formulações foram elaboradas? Que realidade era esta que se precisava desvendar? Para ter uma noção do que os membros daquela Sociedade tinham diante de seus olhos, volto um pouco à configuração urbana da cidade de São Luís em meados do século XIX.

Segundo a afirmação de Raimundo Palhano, em estudo sobre os serviços públicos na cidade de São Luís no período republicano, antes de 1889 a capital do Maranhão contava com pouquíssimas realizações naquela área, e as iniciativas existentes acabavam se concentrando a partir de critérios sociais. Para ser mais preciso, os serviços públicos prati-

camente eram privilégio do centro da cidade, que abriga hoje a “parte histórica” e bairros próximos. Isto se devia ao fato de que os grupos mais abastados e a classe dirigente viviam justamente ali. Essa quase ausência dos serviços públicos seria consequência direta de uma concepção de poder público que não considerava o papel do Estado na resolução deste tipo de demanda. Sob a influência de um regime escravocrata, as preocupações estavam mais direcionadas a temas como a exportação de produtos agrícolas, base da economia maranhense e brasileira como um todo. Não eram comuns as discussões sobre direitos sociais, a ponto de aquele autor nos revelar que, apesar da carência de melhorias urbanas, não houve uma crise de serviços, na medida em que não havia, dentro daquela sociedade, “qualquer processo contínuo de exacerbação das contradições de classe” (PALHANO, 1988, p.142).

O certo é que esta precariedade na oferta de serviços públicos redundava numa atmosfera insalubre, em que a população de São Luís estava constantemente suscetível aos flagelos das epidemias que vez por outra assolavam a cidade, sem contar as endemias, ou seja, doenças que surgiam no interior de seus limites.

No Brasil, foi nos anos iniciais do século XIX que começaram a se articular os discursos sobre a Higiene Pública. Era uma época marcada por experiências médicas variadas e que somente um pouco mais tarde confluíram para a constituição da chamada Medicina Social, que marcou de modo profundo aquele século. Nas duas primeiras décadas do Oitocentos, inexistia um discurso autônomo relativo à higiene, o que causava a indignação de vários profissionais da medicina. O grande impulso da medicina brasileira é apontado por alguns autores, entre eles Roberto Machado, como sendo o ano de 1829, quando foi criada a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, depositária de um tipo de pensamento e prática médica que tentou “impor-se como guardiã da saúde pública” (MACHADO, 1978, p.145).

A Medicina Social pode ser entendida, sobretudo, pelo seu viés normatizador, tentando gerir a sociedade nos seus diversos aspectos, por meio de uma atuação que instituisse normas, impondo exigências a uma realidade vista como hostil. O projeto era implantar uma sociedade que fosse medicalizada, no sentido de que todas as outras esferas sociais – educação, política, economia, moral – devessem passar antes pela sua legitimação.

A Sociedade Philomathica Maranhense não se furtou a participar desta discussão, que se fez presente no seu periódico no artigo do médico maranhense José da Silva Maia, publicado

em 1846. Nele está presente o entusiasmo pelos benefícios que se acreditava serem trazidos pela implementação da Higiene Pública. Para Maia, por meio dela os indivíduos poderiam gozar de tudo o que os rodeasse, evitando os perigos associados aos abusos e excessos. Bastava, segundo o seu argumento, uma constante submissão às suas leis, o que garantiria uma existência plena, sem dores ou agonias. O autor do artigo não deixava dúvidas quanto à liderança do Estado em todo esse processo, e da obediência a ser dada como contrapartida pelas populações.

A Hygiene publica è sempre coroada dos melhores resultados; e obtem sobre a privada grande e incontestavel vantagem, por ser exercida pelos Governos, aos quaes cumpre velar na conservação e aperfeiçoamento dos povos; ao passo que o individuo, não obstante o desejo de conservar a saude e viver muito, com tudo è surdo muitas vezes a vóz da razão; e sempre a ignorancia, preguiça, indolencia, cubiça e a immoralidade, farão com que os homens se lancem no meio dos elementos os mais nocivos e destruidores, se os Governos os não obrigarem à observancia rigorosa d'esta parte tão essencial da Medecina (JORNAL DA SOCIEDADE PHILOMATHICA MARANHENSE, 1846, p.13).

Segundo ele, aos habitantes do Maranhão a Higiene Pública seria ignorada até no nome, o que se deveria a uma negligência dos governantes, que teriam o espírito contrário “a tudo quanto é salubridade publica, e aperfeiçoamento dos seus administrados”, deixando a província num estado de verdadeira calamidade. Aqui parece ter lugar a interpretação, elaborada por Sidney Chalhoub, que se refere às estratégias de ordenação dos espaços urbanos no século XIX, quando teria aparecido a ideia de que uma cidade pode ser administrada a partir de critérios somente técnicos ou científicos. Seria essa a crença na existência de um tipo de racionalidade imune a todas as desigualdades sociais, base de estratégias conduzidas de forma eficaz porque distantes das disputas políticas. A Higiene surgiria como uma ideologia, em que os princípios orientados para o desenvolvimento do país estariam ligados necessariamente a uma “despolitização da realidade histórica”.

Esses princípios gerais se traduzem em técnicas específicas, e somente a submissão da política à técnica poderia colocar o Brasil no ‘caminho da civilização’. Em suma, tornava-se possível imaginar que haveria uma ‘forma científica’ – isto é, ‘neutra’, supostamente acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais em geral – de gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais nela existentes (CHALHOUB, 1996, p.35).

E na verdade o que se observa no Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense, em especial quando trata da questão da Higiene, é resumir os problemas ao fato de que o Estado precisava simplesmente adotar os métodos e

ensinamentos dos membros daquela Sociedade para que a província encontrasse um caminho de prosperidade. Não são abordados em nenhum momento temas como as desigualdades presentes na sociedade, os processos de acumulação de um grupo de indivíduos e a submissão de outros tantos. De forma geral, não se põe em xeque a legitimidade dos grupos sociais colocados e das hierarquias correspondentes à sociedade da época.

Em termos gerais, os ensinamentos propostos por José da Silva Maia no Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense, em relação à higiene pública, voltava-se a duas frentes de atuação, que seriam detalhadas em “trabalhos ulteriores” – nunca realizados, ao menos naquele jornal. A primeira se concentrava numa orientação ao Governo, em que Silva Maia pretendia discutir todas as providências legais, as instituições e os estabelecimentos públicos existentes, numa auto reverência em que afirmava não se render às indagações e fadigas para conhecer profundamente todos os defeitos, vícios e abusos, indicando os meios mais adequados para corrigi-los. Assim, seriam alvo de um exame sanitário: hospitais, colégios, mercados, açougues, currais, matadouros, teatros, quartéis, prisões e cemitérios. Já num outro momento, voltado para os “comprovincianos”, seriam indicados os meios corretos para conservar a saúde, prevenir moléstias, aperfeiçoar faculdades. Com o intuito de “combater erros, prejuízos e negligencia”, as diversas classes sociais seriam iniciadas nas noções de higiene

(...) examinaremos as causas que tendem a favorecer ou impedir a reprodução, afim de determinarmos os meios mais adequados à imprimir-lhes modificações salutareas, e alias compatíveis com o nosso estado social; bem como as circunstancias e perigos que precedem, acompanham e seguem o nasceimnto do homem. Trataremos da população existente, das causas que sobre ella influem, e a augmentão ou diminuem, e por consequente das modificações que a vida social opera nos agentes da hygiene, mostrando os meios de tornar a sua acção mais salutar ou menos danoza, para que o homem possa chegar são e forte a mais avançada velhice, e ter um termo isento de soffriemntos; indicaremos ainda os meios de conhecer si este termo é real, e de impedir que seus despojos mortaes sejam nocivos aos viventes (JORNAL DA SOCIEDADE PHILOMATHICA MARANHENSE, 1846, p. 38).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: o jornal como produto intelectual

O Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense se insere num contexto particular do jornalismo brasileiro, com especificidades no que diz respeito aos profissionais envolvidos, às estruturas disponíveis e às finalidades que orientaram a criação de periódicos.

Nas décadas iniciais do século XIX, os jornais raramente tinham uma tiragem diária. As dificuldades ainda atingiam a parte estrutural, com obstáculos financeiros e também burocráticos à importação dos prelos e dos caracteres. Isto acabaria por influir na própria apresentação do jornal, com uma distribuição gráfica deficiente, impressão a desejar e um papel que não era dos melhores.

O Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense reunia indivíduos de atividades profissionais variadas. Já vimos o jurista Joaquim Vieira da Silva e Sousa e o médico José da Silva Maia. Podemos identificar ainda Fábio Reis, jornalista político, que participou de outras publicações, como O Arquivo, O Observador, redigindo também O Publicador Maranhense. Atuou como crítico literário, e escreveu ensaios filosóficos (Meditações), livros de versos e um trabalho lexicográfico sobre palavras estranhas introduzidas na língua portuguesa. Outro nome era Antônio Rego, jornalista político e literário, que participou da equipe fundadora do primeiro jornal diário do Maranhão, O Progresso, em 1847. Foi ainda tradutor de diversas obras literárias. Outro jornalista no mesmo estilo era Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, que escreveu também no Jornal de Instrução e Recreio, na Revista Universal Maranhense e no Jornal da Lavoura. Além disso, foi economista, estando entre seus trabalhos o título Democracia e Socialismo (LOPES, 2003).

O que parecia uni-los era, além do projeto de difundir ideais de civilização, a ligação dos mesmos com a visão que os grupos dominantes tinham de “boa sociedade” – os rumos a serem dados à economia, às artes, à organização dos espaços públicos. Os membros daquela Sociedade se consideravam assim autorizados a emitir suas opiniões, como legítimos detentores de um saber que dava a eles a possibilidade, e mais que isso a autoridade, de servirem como balizas ao desenvolvimento da província do Maranhão. Como observa Michel Foucault, em toda sociedade a produção do discurso é controlada, organizada e redistribuída por certos procedimentos que conjuram seus poderes e perigos.

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala (FOUCAULT, 2005, p.9).

Os membros do Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense se apresentavam como indivíduos capazes de elaborar respostas a diversos anseios da sociedade na qual estavam inseridos. Entretanto, deixando de lado suas justificativas universalizantes, de que pensavam e agiam em nome do interesse da pro-

víncia, suas estratégias partiam das visões de grupos bem particulares, identificando-se com os estratos que controlavam atividades econômicas de peso e com os ocupantes do poder público, lembrando que os nomes mais significativos da Sociedade Philomathica percorreram - e ainda percorreriam - cargos nessa esfera.

O que poderíamos discutir é o fato de eles estarem cientes, ou não, de que suas investidas por meio do jornal, assim como as demais atividades desenvolvidas, se limitavam a atender aos interesses daquilo que poderíamos chamar de grupos dominantes. Em outras palavras: José da Silva Maia e os demais colaboradores agiam de forma deliberada para garantir unicamente as prerrogativas daqueles grupos? Ou, numa outra interpretação, chegaram a acreditar que os caminhos apontados no Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense realmente levariam a província ao tão almejado progresso? Considero a segunda possibilidade a mais plausível, interpretando a atitude daqueles indivíduos, materializada em seu periódico, como uma prática comum daquele contexto, de se desconsiderarem as especificidades locais em prol de um olhar contemplativo e ansioso em direção ao que se tinha como ideal de cultura e “civilização” – a Europa dos grandes pensadores, descobridora de novos territórios, com tradição de séculos, que dominava as relações comerciais e que era berço das invenções revolucionárias, ditando padrões de comportamento a meio mundo.

Naquela realidade, não seria mesmo de se esperar que houvesse uma preocupação em ouvir as mais amplas camadas sociais e a partir daí construir um projeto de sociedade, definindo conjuntamente as ações. É mais coerente acreditar que os membros da Sociedade Philomathica Maranhense estavam convictos de que suas ideias abrigavam o que de melhor deveria ser feito, pensando a sociedade em geral, porém, ressalto isto, de maneira impositiva, bastando a ela acatar as decisões de um grupo que cultivava uma autoimagem de capacidade irrestrita.

Encaro o Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense como o suporte de divulgação de uma ideologia, entendendo esta última a partir das considerações feitas por Marilena Chauí. Seria a ideologia a maneira necessária por meio da qual os agentes sociais elaboram uma representação para si mesmos do “aparecer social, econômico e político”, sendo esta aparência uma espécie de dissimulação do real.

(...) a ideologia é um corpo sistemático de representações e de normas que nos ‘ensinam’ a conhecer e a agir (...) o discurso ideológico é aquele que pretende

coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e, destarte, engendrar uma lógica da identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante (CHAUÍ, 1993, p.3).

No Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense, os discursos não atestam as contradições da época no que se refere às desigualdades, à concentração de riquezas, à falta de oportunidades. O discurso daquele periódico era universalizante: a anulação das diferenças (que na verdade sequer são mencionadas), em prol de uma concentração de esforços conjunta rumo à civilização. A impressão é que as ideias estavam tanto quanto fora do lugar, quando observamos que elas eram vistas como elementos determinantes e instauradores do processo histórico, negligenciando-se a possibilidade de serem também determinadas por ele.

Apesar da justificativa grandiosa utilizada pelos seus membros para justificar a existência daquele jornal, que seria um instrumento para colocar a província do Maranhão no caminho de um progresso duradouro, o Jornal da Sociedade Philomathica teve duração efêmera, como era comum na imprensa da época. Foram somente dois números. Mesmo não sendo encontradas indicações precisas quanto à própria Sociedade Philomathica, é de supor que ela teve o mesmo destino.

O Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense atuou como um mecanismo para difusão de ideais de um grupo identificado com as camadas dirigentes da província do Maranhão. Não se quer dizer com isso que aquele periódico não passou de uma elaboração "maquiavélica" a serviço de um processo de dominação e manutenção das desigualdades. Talvez seja mais plausível pensar que os responsáveis pelo jornal acreditavam naquilo que escreviam e viam ali as melhores alternativas para o alcance do tal progresso. Mas era uma visão que não levava em conta que outros interesses e realidades locais pudessem participar da construção dessas estratégias – deviam apenas acatar a palavra daqueles que se consideravam autorizados, porque detentores de um saber, a falar e elaborar proposições. O Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense era a materialização das concepções de sociedade "organizada e civilizada" defendidas por esse grupo. Observando a produção do jornal, fica claro o seu didatismo, quando se apresenta como instrumento capaz de orientar sobre os rumos mais adequados a seguir, pois seria realizado por indivíduos que se consideravam legítimos para assumir esta função.

As intenções não passaram disso. Nada surpreendente para uma estratégia que na

maioria das vezes não se preocupou de fato em entender as especificidades da província. Ou, quando o fazia, era a partir de modelos transplantados pelo único critério de pertencerem aos povos "cultos e civilizados".

NOTAS

1. As discussões presentes neste artigo fizeram parte da monografia De como ser civilizado em algumas lições: o Jornal da Sociedade Philomathica Maranhense (1846-1847), apresentada ao Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão em 2006.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*: Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. 8 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Política e educação o Maranhão*. São Luís: SIOGE, 1984.
- CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. *O Maranhão na literatura dos viajantes do século XIX*. São Luís: Edições AML/Sioge, 1991.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHAUÍ, Marilena Sousa. *Cultura e democracia*: o discurso competente e outras falas. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 12 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública*: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.
- JORNAL DA SOCIEDADE PHILOMATHICA MARANHENSE. São Luís, 1846/1847.
- LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*. 2 ed. rev. e ampliada. São Luís: Lithograf, 2002.
- LOPES, Antonio. *História da imprensa no Maranhão (1821-1925)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

MACHADO, R et al. *Danação da norma: Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MEIRELES, Mário Martins. *História do Maranhão*. 2.ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1980.

PALHANO, Raimundo Nonato Silva. *A Produção da coisa pública*. São Luís: IPES, 1988.

PIGNATARI, Décio. *Cultura pós-nacionalista*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1998.

SANTOS, Maria Januária Vilela. *A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo: Ática, 1983.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.